

**37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**  
**23 a 27 de setembro de 2013**

**ST 19 – METAMORFOSES DO RURAL CONTEMPORÂNEO**

**ECOLOGIA POLÍTICA DA SOJA: CONFLITOS E (RE)ESTRUTURAÇÃO DO  
ESPAÇO RURAL NO SUL DO MARANHÃO**

Roberto de Sousa Miranda  
Ramonildes Alves Gomes

**Águas de Lindóia – SP**

## Resumo

A expansão da soja no Sul do Maranhão tem sido marcada por contradições, mobilizações e conflitos, apreendidos pela análise das disputas entre diferentes estratégias políticas orientadas por atividades agrícolas que articulam atores e ambientes, compreendidas como projetos territoriais. Projetos territoriais expressam intencionalidades, explicitadas pelos atores sociais, referentes às formas desejadas de apropriação do espaço e à definição das formas de acesso e usos dos recursos naturais priorizados. O projeto territorial sojícola é confrontado ao projeto territorial agropecuário familiar que, entre 1977 e 2010, apresentou graus variados de organização. A noção de projetos territoriais é complementada pela ecologia política e pela ideia de poder de Norbert Elias para se elucidar as reconversões produtivas vivenciadas no mundo rural e como os atores sociais em disputa estavam ligados entre si por modos específicos de dependência recíproca, pautados num equilíbrio móvel de tensões, que resultaram em processos de territorialização, entendidos como transformações nas formas de apropriação do espaço e seus recursos naturais, que foram estruturadas, desestruturadas e reestruturadas.

**Palavras-chave:** Agronegócio da Soja; Ecologia Política, Territorialização, Sul do Maranhão.

## 1. INTRODUÇÃO

A proposta do artigo é analisar a expansão da soja no município de Balsas, Sul do Maranhão, enquanto um processo marcado por contradições, mobilizações e conflitos. A apreensão dessas dinâmicas passou pela análise das disputas entre diferentes estratégias de apropriação do espaço<sup>1</sup> e de seus recursos naturais, chamadas de projetos territoriais. O projeto territorial sojícola foi confrontado com o projeto territorial agropecuário familiar, que apresentou graus variados de mobilização de atores.

Os projetos territoriais são fundamentalmente políticos porque envolvem atores sociais e instituições que podem defender interesses divergentes e são orientados por uma atividade econômica dominante. Sua análise parte de três dimensões: (1) uma relativa às intencionalidades dos atores sociais, apresentada na fala dos envolvidos; (2) uma que se refere ao grau de institucionalização dos projetos, percebida na formalização de modelos de apropriação dos recursos naturais; e (3) uma relativa aos graus de legitimação apresentados entre os projetos, referente aos esforços discursivos que dão sentido às intencionalidades.

Os processos de institucionalização e de legitimação dos projetos territoriais possuem diferentes graus ou níveis. Existem projetos territoriais com alto e baixo grau de institucionalização e alto e baixo grau de legitimação. A avaliação dos diferentes graus de institucionalização e de legitimação dos projetos territoriais analisados será orientada pelo uso das escalas de fatores socioambientais: a local, a regional, a nacional e a global (VANWEY,

---

<sup>1</sup> O *espaço* contempla simultaneamente o ambiente físico e as relações sociais (CABRAL, 2007). O que, segundo Santos (1999), implica dizer que o *espaço* é a síntese provisória do conteúdo social e das formas espaciais. A partir do momento que o espaço é apropriado pelos atores sociais, concreta ou simbolicamente, ele se torna um território, expressando assim, as relações de poder que referenciam o controle e a gestão do espaço (RAFFESTIN, 1993).

OSTROM e MERETSKY, 2009). Assim, um projeto territorial poderá ter um alto grau de institucionalização a nível nacional e um baixo grau de institucionalização no nível local, por exemplo. Assim, as especificidades de cada projeto serão consideradas.

Com o auxílio da ecologia política<sup>2</sup>, acrescida da sociologia figuracional de Norbert Elias, foi possível complementar a noção de projetos territoriais e elucidar as reconversões<sup>3</sup> produtivas vivenciadas no mundo rural e como os atores sociais em disputa estavam ligados entre si por modos específicos de dependência recíproca, pautados num equilíbrio móvel de tensões, que resultaram em processos de territorialização, compreendidos enquanto transformações nas formas de apropriação do espaço e seus recursos naturais, que foram estruturadas, desestruturadas e reestruturadas (MIRANDA, 2013).

A noção de figurações sociais contribuiu para a compreensão das relações de poder, que perpassam os conflitos e medidas de regulação de acesso e uso dos recursos naturais enquanto contradições entre os projetos territoriais em disputa no município de Balsas, e os processos de territorialização, porque aborda as relações de interdependência e as tensões entre os grupos ou camadas sociais que compõem a figuração social em análise, permitindo, assim, tratar *as relações de poder* empírica e analiticamente.

Neste sentido, as formas de dominação são resultantes de lutas sociais que estabilizam, por um determinado momento, a distribuição de poder (ELIAS, 2001). Apesar da dominação consolidar um modo de partilha do poder, ainda assim haverá um equilíbrio instável de tensões enquanto existir uma interdependência funcional entre as pessoas, mesmo que as diferenças de poder sejam grandes, porque o poder não é como amuleto, que um indivíduo possui e outro não, é intrínseco às relações humanas, todas elas (ELIAS 2005).

Projetos territoriais, portanto, são projetos de poder – informam padrões de distribuição do poder entre diferentes grupos sociais e lutas para alteração desses padrões – porque expressam intencionalidades mais ou menos explicitadas pelos atores sociais responsáveis por sua implantação, referentes às formas desejadas de apropriação do espaço e de seus recursos e a definição das formas de acesso e usos dos recursos a serem priorizados.

---

<sup>2</sup> A ecologia política surge em reação da ecologia humana, praticada nos anos 1960 e início dos anos 1970, que negligenciavam as dimensões políticas das interações entre seres humanos e o meio ambiente, e preocupavam-se com os processos de adaptação (VAYDA e WALTERS, 1999). Enquanto campo de pesquisa, a ecologia política mescla perspectivas da ecologia humana, inter-relações que as sociedades mantêm com os ambientes em que habitam (LITTLE, 2006); da economia política, com o foco nas relações estruturais de poder entre sociedades; e da ecologia cultural, em relação às adaptações dos indivíduos ou grupos ao meio ambiente (CUNHA, 2004).

<sup>3</sup> A reconversão produtiva está relacionada às dinâmicas de diferenciação social e de mudança no posicionamento de grupos sociais na estrutura agrária e às alterações nas relações de poder e mudança nas relações de trabalho. Esse processo pode ser apreendido pela recriação reinterpretada de discursos adotados, politicamente, na defesa de ideias e de práticas vinculadas aos membros de um mesmo projeto territorial (NUNES, 2011).

Isto posto, a chegada da soja no Sul do Maranhão deve ser apreendida como parte de um processo de transformação socioambiental amplo e não apenas pelos efeitos modernizantes.

Para analisar os processos de territorialização decorrentes das tensões entre os projetos territoriais modernizantes do Cerrado e da Amazônia Legal e os projetos territoriais das populações locais do município de Balsas no período de 1977 a 2010, lançamos mão de uma metodologia que se orientou pelo mapeamento dos atores e instituições sociais que procuram institucionalizar e legitimar, de um lado um projeto territorial agropecuário familiar e de outro um projeto territorial sojícola.

O projeto territorial agropecuário familiar apresenta peculiaridades que dificultam a pesquisa. A falta de documentos confiáveis sobre os atores sociais constituintes desse projeto é a regra. As menções nos livros de história do Maranhão são muito pejorativas e preconceituosas porque essas pessoas e famílias, que se estabeleceram no Sul do Maranhão no final do século XIX e início do século XX, em sua maioria, eram fugitivos ou ex-escravos do Ceará, Bahia, Goiás e Pernambuco em busca de terras livres para morar e trabalhar. O medo e a pecuária fizeram com que ocupassem áreas distantes entre 250 e 450 km da cidade.

Como, então, identificar as estratégias produtivas e organizacionais dos agricultores familiares num período de 33 anos? O primeiro passo foi consultar documentos na cúria diocesana de Balsas, o que me levou a visitar as comunidades rurais do Projeto Rio Peixe. Nas visitas ao projeto, em 2009 e 2010, realizei entrevistas semiestruturadas e conversas informais para resgatar o histórico produtivo, conflitos e a percepção das mudanças socioambientais pelas famílias.

As conversas com lideranças sindicais e da Associação Camponesa de Balsas (ACA) foram profícuas. Informaram-me que havia um grande projeto de assentamento no Alto e Médio Rio Balsas, que embora não tivesse conseguido regularizar todas as áreas, apaziguou a ganância dos especuladores de terras. Das áreas apresentadas, o projeto Rio Peixe – formado pelas comunidades Águas Claras, Boqueirão, Brejo de Raiz, Brejo do Rancho, Buritirana, Buritizal, Caracol, Ferreira, Jatobá, Pedra Branca, Porto Isidoro, São Paulo e Sucupira – a 220 km da sede municipal, preenchia os requisitos da pesquisa: famílias estabelecidas há mais de 90 anos na região e localizadas nas proximidades de grandes projetos sojícolas.

Para o projeto territorial sojícola, as fontes de pesquisa foram abundantes, muitos artigos, dissertações, teses e dados oficiais forneceram informações sobre a sojicultura no Sul do Maranhão. No primeiro momento, fiz um levantamento das principais políticas e programas governamentais e percepções acadêmicas sobre o avanço da sojicultura no Brasil, Cerrado, Amazônia e Sul do Maranhão. No caso do município de Balsas, em dezembro de 2008, realizei entrevistas semiestruturadas com sojicultores pioneiros e colonos do projeto da

terceira etapa do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), implementando nos Gerais de Balsas<sup>4</sup> em 1995.

## **2. PROJETO TERRITORIAL AGROPECUÁRIO FAMILIAR**

O projeto agropecuário familiar apresenta duas fases: (1) de 1977 a 1990, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se tornaram a forma de organização predominante dos agricultores familiares, que passassem a ter acesso a educação, saúde e orientação no processo produtivo; (2) de 1991 a 2010, foi um período marcado por muitos conflitos pela posse da terra, em que as famílias lutaram pela regularização de suas terras a partir da criação de assentamentos nos Gerais de Balsas. Esses momentos serão analisados em suas especificidades enquanto processos de apropriação da terra e de reconversão produtiva.

As CEBs foram importantes para a articulação dos povoados rurais, entre 1977 e 1990, e para que as demandas das famílias fossem apresentadas aos poderes públicos locais. Nos anos de 1990, houve conflitos associados ao avanço da soja nos Gerais de Balsas, nas terras devolutas habitadas pelos agricultores familiares e mudanças nas estratégias organizacionais, que passaram a se pautar pela formalização do direito de posse da terra, com a criação de assentamentos rurais pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (INTERMA), processo em curso, porque nem todos os títulos puderam ser registrados em cartório.

### **2.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto agropecuário familiar**

Nos anos 1970 e 1980, a Prelazia de Balsas, hoje Diocese de Balsas, e o Movimento de Educação de Base (MEB), realizaram cursos para a formação de animadores das comunidades, animadores de oração e animadores da promoção humana para formar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se tornou modelo de organização social e produtivo dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas. Os *animadores das comunidades* tinham organizar as comunidades a partir: da (1) organização de cursinhos, com a autorização e orientação de padres ou membros das equipes pastorais; e de (2) visitas às famílias da comunidade a fim de promover a ajuda mútua e criar o costume cristão de correção fraterna.

Os *animadores de oração* tinham que espiritualizar a comunidade através do (1) estudo da palavra e da doutrina cristã e do (2) esforço de tornar sempre mais viva e profunda as celebrações comunitárias. Os *animadores de promoção humana* tinham que: (1) realizar orientações sobre higiene e alimentação e levantamento das doenças; (2) zelar pela escola, a partir da conscientização dos professores sobre seus direitos (salários, segurança no trabalho e

---

<sup>4</sup> É uma região que concentra terras férteis (até os anos 1990 quase todas eram devolutas) e uma topografia muito favorável à mecanização. A maior porção dos Gerais de Balsas se localiza no município de Balsas, mas se estende também pelo município de Tarso Fragoso (MA).

cursos de aperfeiçoamento) e deveres; e (3) contribuir para o cultivo da terra, mediante orientações sobre plantio, comercialização e informações de preços.

No período do trabalho de base da Igreja Católica, as famílias plantavam em roças-de-toco<sup>5</sup> o arroz, o feijão (que após a colheita era armazenado num paiol bem fechado para que não estragasse) e a mandioca (para fazer a farinha e armazená-la para o consumo durante o ano). Para adoçar as bebidas, era plantada a cana-de-açúcar e fabricada a rapadura, o açúcar da época. Apesar das dificuldades, todos os anos as famílias produziam o suficiente para consumir e vender na cidade e, assim, comprar o que não era possível se obter da roça.

(...) ele [agricultor familiar] já contava com a capacidade de trabalho que ele tinha, da quantidade de filhos e ele já calculava – Eu vou botar quatro linhas, seis linhas, dez ou 20 linhas com a intenção de produzir “x” quantias para ter essa quantia para o consumo e outra para eu vender e isso era o arroz, o produto básico que era plantado, a mandioca, o feijão e o milho eram os quatro produtos básicos e sempre foram, a fava que é da mesma família do feijão, e dali quando ele colhia, ele já guardava, armazenava uma parte para comer o ano todo. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical)

Nas chapadas<sup>6</sup>, as famílias não realizavam o cultivo da terra, porque o solo não era apropriado para o desenvolvimento de uma agricultura tradicional. Estas áreas eram utilizadas para a criação de gado e equinos. Os animais pastavam livremente pelas chapadas, que anualmente eram queimadas para que a vegetação renascesse em condições adequadas para a alimentação dos rebanhos. As chapadas também forneciam frutas para o consumo:

(...) a gente pegava muito coco catolé, coquinho de chapada que dá baixinho, que a gente até usava muito pouca gordura, a gente usava mais era coco, fazia o preparo do leite de coco para preparar a comida e o que a gente mais usava era coco, buriti, bacaba, buritirana, essas frutas como o pequi. Pequi naquela época a gente usava para fazer sabão, usava o bacuri também e o buriti a gente tirava também para tirar o azeite do buriti que o povo diz que é medicinal, para mordida de cobra, essas coisas. (Entrevista com João Américo do Boqueirão)

O coco catolé era muito utilizado para a produção de azeite. O processo começava com a extração, retirada da amêndoa, assamento das amêndoas, esmagamento das amêndoas assadas e o refino do óleo, procedimento semelhante era adotado para a produção de azeite de coco babaçu. O buriti é uma palmeira que fornecia o talo para fazer as balsas e o fruto, semelhante a um ovo com escamas, coletado no chão e cozinhando para que fosse separada a casca da carne do fruto, procedimento mais simples que a produção de azeite de coco. O suco de buriti era, e ainda é, uma importante fonte de alimento, principalmente para o desjejum.

<sup>5</sup> É um modelo de cultivo utilizado tradicionalmente pela populações indígenas e pelos pequenos agricultores, que consiste na derrubada das árvores de maior porte, na queima e na limpeza parcial do terreno. São chamadas de roça-de-toco porque as árvores são cortadas na altura aproximada de 60cm.

<sup>6</sup> As chapadas são terrenos com extensas superfícies planas em regiões de serras com altitude média de 600 metros. São áreas de grande planície com vegetação rasteira.

O trabalho do segmento progressista da Igreja Católica de Balsas se inseria, desta maneira, em ações mais amplas de reformas de base que assegurassem os direitos dos grupos sociais menos favorecidos da cidade e do campo. A organização das comunidades rurais contribuiu para a definição de um projeto territorial que procurou garantir a permanência das famílias em suas terras, o que para os padres e irmãos Combonianos era central e para as famílias até os anos de 1980 não era uma preocupação, porque pensavam que ninguém queria se apropriar de terras tão distantes e impróprias para cultivos tradicionais.

(...) o padre Franz Weber [missionário Comboniano, natural da Áustria, que trabalhou em Balsas nos anos 1980], quando ele veio para cá ele começou a dar exemplo dizendo que as terras não iam ficar aqui, nós não tínhamos como brigar com os grileiros de terra, aí teria que se organizar em comunidade, tinha que formar uma comunidade para ter mais força porque ele sabia dos conflitos que ia ter, aí começou a levar o povo para fazer uns cursinhos para animador de comunidade, aí foram várias pessoas, aí foi quando começou a comunidade, aí que o povo começou a se organizar. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O Irmão Bruno Haspinger<sup>7</sup> (1995), através da ACA, orientava que as famílias procurassem os benefícios do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP)<sup>8</sup>, porque tinha recursos não reembolsáveis, ao invés de programas do Banco do Nordeste, considerados caros. O PAPP financiava projetos de infraestrutura (estradas, energia elétrica, etc.), e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) estimulava o cooperativismo, a pequena agroindústria do Nordeste e o acesso de famílias, em situação de pobreza absoluta, ao processo produtivo, para contribuir para a redução da concentração fundiária no Nordeste.

Em relação à apropriação do espaço e de seus recursos naturais, os agricultores familiares queriam manter o modelo tradicionalmente usado nos Gerais de Balsas. Cada família possuía uma área, delimitada informalmente, para o cultivo e/ou criação de animais, embora morassem próximas umas às outras. Os missionários católicos, por sua vez, estavam procurando articular um modelo de apropriação coletivo formal, com a criação de associações que viabilizassem a regularização da terra através da criação de assentamentos rurais:

(...) a Igreja começou um trabalho aqui dentro, não sei se você conhece, as pessoas chamavam de animador de comunidade, a Igreja começou a incentivar a fazer curso de animador de comunidade na Igreja de Balsas, daí eles começaram a incentivar o povo para formar uma associação porque individualmente era muito difícil a gente conseguir essa terra, cada um brigando por um pedaço. Esses animadores de comunidade começaram a incentivar o povo, começaram a reunir o povo todos finais de semana, na casa de um, na casa de outro aí começaram a articular essas coisas de associação, vamos formar uma associação, a Igreja incentivava esse grupo

<sup>7</sup> É um religioso do Norte da Itália da Ordem Comboniana, que chegou em Balsas em 1990 e ficou até 1999. Trabalhou na luta pela defesa dos pequenos produtores rurais do Sul do Maranhão.

<sup>8</sup> O PAPP é uma parceria entre o Banco Mundial, responsável por 70% dos recursos, os governos federal e estadual, responsáveis por 20%, e os grupos solicitantes, que tem uma contrapartida de 10%. As beneficiadas devem morar em povoados, vilas, aldeias, distritos e comunidades com 5.000 habitantes, que devem estar organizados formalmente para pedirem o empréstimo (HASPINGER, 1995).

e esse grupo começou a incentivar o povo até que deu certo. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O Irmão Bruno Haspinger, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Balsas (STTR) criaram a ACA, no dia 05 de fevereiro de 1991, para coordenar todas as ações de defesa dos direitos de posse dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e planejar a execução do Projeto Alto e Médio Rio Balsas<sup>9</sup>, formado por três subprojetos: (1) uma Área de Proteção Ambiental (APA) nas cabeceiras dos rios Balsas, Ribeirão do Ásia e Peixe; (2) o Projeto Ribeirão do Ásia, para assentar famílias da margem direita do Médio Balsas; e (3) o Projeto Rio Peixe, para assentar as famílias da margem esquerda do Médio Balsas.

## **2.2 Institucionalização do projeto territorial agropecuário familiar**

A criação de assentamentos rurais representou e continua representando a institucionalização de um modelo de apropriação da terra que, nos moldes regulamentados pelos poderes públicos nem sempre são os desejados pelos agricultores familiares, possui um arcabouço legal de sustentação: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 10 de novembro de 1995, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), elaborado em 2004 e regulamentado em 18 de janeiro de 2010, que também instituiu o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

Nacionalmente, o projeto territorial agropecuário familiar possui um alto grau de institucionalização, como pode ser visto acima. Contudo, nos estados e municípios, que devem oferecer assistência técnica, por exemplo, o grau de institucionalização sofre variações, o que está relacionado à capacidade dos atores sociais locais em mobilizarem recursos institucionais. O modelo institucional predominante, adotado pelos agricultores familiares assentados para realizar a mediação com o Estado é a associação, presente na maioria dos assentamentos rurais do Brasil (LEITE et al., 2004).

Antes mesmo da regularização da terra, os agricultores familiares dos Gerais de Balsas já haviam criado suas associações, entre 1992 e 1995 (ver Quadro 1). Em março de 1996, foi criada a APA e, em maio de 1997, foram criados os assentamentos Ribeirão do Ásia e Rio Peixe, pela governadora Roseana Sarney, totalizando uma área de 90.000ha, 59.000ha para preservação e 31.000ha para assentamentos de 200 famílias. As famílias beneficiadas haviam

---

<sup>9</sup> Contou com o apoio do STTR, do MEB, da CPT, da Diocese de Balsas, da Igreja Luterana de Balsas, da Werkstatt Solidarische Welt e Arbeitsgruppe Soja da Alemanha, da Organisation für Eine Solidarische da Itália, da Brasil Study Group do Japão e da Koordination der Österreichischen Brasiliengruppen da Áustria. As organizações europeias pressionavam, através de cartas, o governo brasileiro e maranhense para solucionar os conflitos e custeavam todas as ações de defesa dos agricultores familiares.



sido expulsas das comunidades Mandacaru e Água Branca pelo grileiro de terras Euclides De Carli, ou viviam em comunidades que sofriam ameaças constantes.

**Quadro 1 – Comunidades rurais e associações do Ribeirão do Ásia e Rio Peixe**

SUBPROJETO	COMUNIDADE	ASSOCIAÇÃO
Ribeirão do Ásia	Bom Jesus, Coqueiro	Nova Vida
Ribeirão do Ásia	Campina, Santa Cecília	Santa Cecília
Rio Peixe	Águas Claras, Jatobá, Buritizal	Todos os Santos
Rio Peixe	Boqueirão, Porto Isidoro, Sucupira	São Francisco
Rio Peixe	Brejo de Raiz, Buritirana	Espírito Santo
Rio Peixe	Brejo do Rancho, Caracol	Caracol
Rio Peixe	Ferreira	Ferreira
Rio Peixe	Pedra Branca, São Paulo	São Félix

Os Projetos Rio Peixe e Ribeirão da Ásia foram compostos por duas etapas: (1) regularização das terras devolutas para as 200 famílias, construção de uma ponte de madeira sobre o rio Balsas para ligar os dois projetos e facilitar o transporte, e outras duas pontes menores sobre os rios Sucupira e Peixe, a construção de estradas vicinais para interligar as comunidades e a construção de um Centro Comunitário para alojar a assistência técnica; e (2) estímulo à agricultura, a fim de garantir alimentação saudável para as famílias, diagnóstico sociocultural para não desarticular as famílias e apoio à comercialização da produção.

Parte das famílias do subprojeto Ribeirão do Ásia, primeiras a receberem o título de posse da terra, venderam suas terras para sojicultores. As famílias da associação Nova Vida venderam para comprar terras próximas da cidade. A maioria das famílias da associação Santa Cecília venderam as terras e foram morar na cidade. Os títulos eram vendidos para os sojicultores, que precisavam de áreas de reserva para desmatarem 100% das chapadas ou para especuladores. Para evitar as vendas, a ACA solicitou ao INTERMA que os títulos do Projeto Rio Peixe fossem emitidos no nome das associações e não individualmente.

Embora os títulos tenham sido emitidos, apenas duas associações, Espírito Santo e São Francisco, conseguiram registrá-los em cartório. Os presidentes das demais, ao chegarem no cartório, descobriram que não havia mais matrícula para registrar a quantidade de hectares informados no memorial descritivo. Para solucionar o problema, o INTERMA emitiu novos títulos, com áreas menores. Apesar das retificações dos títulos, até 2010 não haviam efetuado os registros, por falta de recursos para pagar o georeferenciamento ou, porque não existe mais matrícula na data Caracol, por exemplo, para registro de nenhum hectare de terra.

Em meados de 1998, os agricultores familiares do Projeto Rio Peixe, com a assessoria do STTR, começaram a acessar linhas de crédito do PRONAF, principalmente para

comprarem gado e, assim, retomarem a atividade pecuária que foi interrompida à medida que os grandes projetos agrícolas foram sendo instalados no entorno e as famílias não tiveram condições financeiras de comprar arame e animais adequados ao confinamento. Atualmente, uma das principais atividades produtivas do projeto é a pecuária, toda família tem animal adquirido com recursos próprios ou via PRONAF:

O Banco do Nordeste financia o PRONAF para o pequeno, nós já fizemos o PRONAF, já tem gente que comprou gado, comprou arame, mas além dos PRONAF serem pequenos [poucos recursos], a gente se aperreia no outro ano, porque a gente compra o arame, cerca a área, mas no outro ano é difícil para pagar, mas funciona, muita gente já foi beneficiada com esse PRONAF. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

Em 2007, a ACA, em parceria com a CPT e o Fórum Carajás<sup>10</sup>, elaboraram o plano de negócios para a comunidade Buritirana – através do Programa Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – para aprimorar atividades desenvolvidas pelas famílias: criação de galinha caipira, cultivo do abacaxi e a coleta do pequi e do buriti. Os produtos escolhidos faziam parte da dieta das famílias e possuem um mercado institucional: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); e o Programa de Compra Local (PCL), da prefeitura municipal.

O projeto do PPP-ECOS não avançou muito. A agroecologia ainda é uma novidade e os seus potenciais produtivos não estão muito claros para os agricultores familiares locais, que temem que as técnicas agroecológicas não sejam tão eficientes quanto aparentam ser e porque orientam a não utilização de antigas práticas de cultivo:

(...) nós temos o aviso que tem que mudar o cultivo, assim pelo lado do fogo, a roça de botar fogo, nós fizemos até curso de agroecologia, que diz que tem que acabar com isso, que tem que aprender a trabalhar de outro jeito. (Entrevista com Custódio da Buritirana).

A coleta do pequi para a comercialização não foi implementada e o buriti é pouco aproveitado. Em outras, as áreas dos Gerais de Balsas, os agricultores familiares estão começando a adotar a agroecologia:

(...) também desenvolvemos plantio frutífero de laranja, de lima, de abacaxi, essas coisas e começamos o trabalho, a gente trabalha mais no sistema rudimentar, onde a gente vivia da roça do toco, mas também há um trabalho agroecológico, que é aquela roça sem queimar e sem gradear, comecei com uma área bem pequenininha, meia tarefa (...) A questão da agroecologia... primeiramente você tem que recuperar o solo, porque às vezes é uma área que está degradada ou que o solo não é de qualidade, tem que trabalhar a recuperação dele sem colocar nada químico e depois vai plantando, mas já está em uma fase praticamente recuperada essa segunda área,

---

<sup>10</sup> Foi criado em 1992 para acompanhar as políticas e projetos para a região de Carajás, que engloba os Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. (FÓRUM CARAJÁS, 2011).

já fiz uma colheita e agora já vou plantar novamente, acreditando que já vou ter um resultado positivo. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical).

Apesar das estratégias de formalização do projeto territorial agropecuário familiar a nível local, representarem grandes avanços, especialmente, quando comparamos com a realidade dos anos 1980, ainda é baixo o seu grau de institucionalização. Os agricultores familiares e seus órgãos de representação têm dificuldades de mobilizar-se institucionalmente para exigirem dos governos municipal e estadual, a efetiva atuação dos órgãos públicos oficiais de apoio à agricultura familiar, para assim, ampliarem o grau de institucionalização.

### **2.3 Legitimação do projeto territorial agropecuário familiar**

A luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar, responsável pela elaboração do I PNRA, do PRONAF, do II PNRA, do PNATER e PRONATER, foi um elemento importante para a legitimação do projeto territorial agropecuário familiar, porque definiu um modelo de apropriação do espaço e seus recursos naturais pelos agricultores familiares, apesar de não ser considerado o ideal para as famílias assentadas, em parte devido à obrigatoriedade da adoção de instituições formais, associações ou cooperativas, que demandam custos organizacionais e operacionais.

A associação entre avanço da soja em Balsas e no Sul do Maranhão e migração rural é uma estratégia muito adotada pelos sindicatos rurais e movimentos sociais rurais que procuram conquistar o apoio de uma parcela da população urbana. Contudo, a fala mais contundente entre todos os agricultores familiares entrevistados durante a pesquisa chamava a atenção para a centralidade da soja na história da agricultura balsense:

Agora essa nova governadora [Roseana Sarney]... esperamos que ela tenha mudado, que realmente dê um tratamento melhor para essa questão dos assentamentos, porque uma coisa interessante é que a soja é a chave da história aqui do Sul do Maranhão, é soja, apesar de produzir milho, algodão, arroz, mas a história aqui é da soja e os pequenos não produzem soja, mas o que se consome aqui também não é soja, o que se consome aqui é arroz, feijão é farinha de mandioca, carne de frango, de porco, de gado, de peixe é essas coisas. (Entrevista com Abraão, líder sindical).

O senhor Abraão, presidente do STTR entre 2008 e 2011, chama a atenção para o fato de que a soja produzida não serve de alimento para a população local, e que toda a produção é voltada para a exportação, gerando divisas para os grandes grupos empresariais que produzem e comercializam a soja, e descaso político para os agricultores familiares, produtores de alimentos constituintes da dieta local, situação essa que nos mostra o esforço dos agricultores familiares legitimarem seu projeto territorial no Estado do Maranhão e no município de Balsas, principalmente, após a criação dos assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais criados pelo INTERMA, em Balsas, foram fruto das lutas em defesa dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas, que estavam sendo expulsos ou ameaçados de expulsão de suas terras para darem lugar à soja. Ora, a divulgação desses conflitos, pela Igreja Católica e pelo STTR, fizeram com que a pressão da opinião pública legitimasse a criação dos assentamentos, mas não foi forte o suficiente para que o Governo estadual fornecesse assistência técnica, por exemplo. Os agricultores familiares das áreas reformadas continuam tendo grande dificuldade em legitimar o seu projeto territorial.

### **3. PROJETO TERRITORIAL SOJÍCOLA**

O surgimento da atividade sojícola em Balsas confunde-se com a chegada dos primeiros agricultores vindos do Rio Grande do Sul, com a modernização da agricultura brasileira e com os programas governamentais de colonização do Cerrado e da Amazônia Legal. Mas, não é possível afirmar categoricamente que houve uma relação determinante entre esses fatores. Por exemplo, a primeira cultura desenvolvida pelos agricultores gaúchos foi a do arroz, cultivo tradicional do Estado, em consorciamento com a pecuária intensiva. O que estimulou o cultivo da soja em larga escala no Cerrado maranhense, foram as condições favoráveis para a exportação da oleaginosa a partir dos anos 1990.

As dinâmicas que possibilitaram o desenvolvimento da sojicultura, no município de Balsas e região, deram contorno ao projeto territorial sojícola, que será analisado a partir do entendimento das intencionalidades dos *sojicultores pioneiros*, dos *colonos* do PRODECER e das *empresas produtoras de grãos* que ampliaram o cultivo da oleaginosa a partir dos anos 1990; da capacidade dos atores sociais e das empresas (produtoras e que comercializam os grãos, os insumos e os implementos agrícolas) em institucionalizarem seus modelos de apropriação do espaço e dos recursos naturais; e dos diferenciais de legitimação apresentados pelos diferentes *sojicultores* para dar sentido a suas intencionalidades.

#### **3.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial sojícola**

Os primeiros sojicultores, aqui chamados de *pioneiros*, deslocaram-se do Rio Grande do Sul para Balsas, nos anos 1970, em busca de (1) terras baratas e aptas ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, e de (2) crédito subsidiado pelo Estado para a modernização das atividades agropecuárias tradicionais e para o plantio de culturas modernas. Essas estratégias, produtivas e econômicas, representaram novas formas de apropriação do espaço e de seus recursos naturais – mediante o uso das chapadas, áreas subutilizadas pelos pecuaristas e pelos agricultores familiares balsenses – que serão analisadas a partir das *estratégias produtivas* de dois pioneiros da soja: os senhores Leonardus Philipsen e Antídio Sandri.

O primeiro agricultor a cultivar soja no Maranhão foi o senhor Leonardus Philipsen, migrante holandês que chegou a São Paulo no ano de 1949, mudando-se para Não-Me-Toque (RS), em 1956. Já em 1957, o agricultor começou a cultivar a terra através de financiamento de custeio junto ao Banco do Brasil. No final da década de 1960, vendeu suas terras, 24ha, para arrendar uma área de 400ha no município vizinho de Chapada (RS). No entanto, o falecimento do proprietário das terras, em 1973, mudou o rumo da família Philipsen. Os herdeiros solicitaram a área e a família ficou sem terra para plantio (KAISER SILVA, 2009).

Em 1974, ao se dirigir à agência do Banco do Brasil de Carazinho (RS), o senhor Philipsen foi informado pelo gerente que o banco estava disponibilizando crédito subsidiado, sem correção monetária e sem necessidade de avalista para agricultores interessados em *modernizar a agricultura do Sul do Maranhão*<sup>11</sup>. Em 1974, o senhor Philipsen foi pela primeira vez a Balsas em busca de terra e crédito. Depois de algumas viagens à agência do Banco do Brasil de Uruçuí (PI), em 1976, teve um projeto aprovado para trabalhar em 1.000 ha, no valor de 3.800.000,00 de cruzeiros, com 12 anos de prazo, 4 anos de carência e juros de 1% a.a., sem correção monetária e sem necessidade de avalista (KAISER SILVA, 2009).

Em 1977, na Fazenda Santo Isidoro, próxima da cidade de Balsas, o senhor Philipsen realizou o primeiro cultivo de soja do Estado do Maranhão. Foram plantados 32ha. A colheita de soja não foi boa, porque a cultivar trazida do Rio Grande do Sul não era adequada para o Cerrado. No ano de 1978, o senhor Philipsen adquiriu a Fazenda Vargem Limpa<sup>12</sup>, do então pecuarista Eloy Coelho Netto, que ficava a 45km da sede municipal de Balsas. A nova área de cultivo de 6.000ha recebeu o nome de Fazenda Boa Vista:

A primeira área foi plantada aqui no coco [área na divisa entre os municípios de Balsas e de Riachão], na Fazenda Santo Isidoro, a primeira variedade que foi plantada era do Sul, não era nem daqui, não existia variedade de soja [para o Maranhão], daí fomos pegar uma do Sul para cá, e daí como o clima é diferente, não cresceu direito, (...) aí não desenvolveu, não deu certo, não é? Fomos pegando variedades mais aqui de perto, Goiás, e mesmo assim ainda não rendia muito não. (Entrevista com Antonius Philipsen, filho do senhor Leonardus Philipsen).

Embora tivesse o arroz como principal atividade agrícola, a família Philipsen não adotou o monocultivo em terras balsenses. Em 1978, além do plantio de arroz e das experiências com o cultivo da soja, a família possuía um rebanho de 700 cabeças de gado e tinha uma criação de porcos pretos, incomuns na região. As atividades pecuárias eram consorciadas com as agrícolas, seguindo as orientações do PROTERRA de ocupar as

---

<sup>11</sup> Embora o senhor Leonardus Philipsen em nenhum momento faça menção ao nome do programa federal que financiava terras e atividades agropecuárias no Maranhão, fica claro, pelas características e detalhes apresentados, que se trata do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

<sup>12</sup> O senhor Philipsen, sempre que possível, destaca que cada hectare comprado na época tinha o mesmo preço de uma carteira de cigarros.

chapadas, a partir da adoção de pacotes tecnológicos que permitiam níveis expressivos de produtividade, quando comparados com os modelos tradicionais agropecuários locais.

Antídio Sandri e seu irmão Delmo Sandri começaram a planejar a saída do Rio Grande do Sul, na segunda metade dos anos de 1970, em busca de terras que atendessem às necessidades de manutenção da família, porque a área que possuíam era pequena:

Nós tínhamos 15 ha e não era chão de serra, era o Vale do Alto Uruguai, chão de serra é muito fértil, mas nossa área só trabalhava manualmente, tração animal, coisa só manual. E nós apostávamos que sabíamos produzir, sabíamos trabalhar, então pegar uma área com mais espaço para poder plantar mecanizado, não é? Então foi o que fez nós sairmos de lá. A gente sofreu demais, deixar todos os parentes e amigos que a gente passou a juventude... a terra da gente sempre é a melhor. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

Já com a intenção de vender os 15 ha no Rio Grande do Sul para comprar uma área maior, o primogênito da família, Antídio Sandri, começou a se informar sobre novas áreas de cultivo no Cerrado. Nos anos 1970, muitos gaúchos estavam migrando para o Mato Grosso. Entretanto, um parente da família, que já havia comprado terras no Sul do Maranhão, falou que o solo era bom e que estava disposto a vender sua propriedade. Não perdendo tempo, em 1977, Antídio e Delmo Sandri visitaram Balsas, acharam a região adequada para o cultivo mecanizado e com terras baratas, fechando logo o negócio com o tio.

A primeira área que a família comprou foi no Rio Coco, totalizando 813ha, 54 vezes maior do que a posse do Rio Grande do Sul. Após comprarem as terras, surgiram muitas ofertas de venda de terras para a família:

Na época que nós chegamos vinha todo mundo, domingo tinha muita gente querendo **vender as chapadas**, vender as terras porque nas chapadas não dava nada, então muita gente querendo vender terra e oferecia, aí nós fomos comprando umas áreas e fomos seguindo, fomos se localizando. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

No Rio Grande do Sul, os Sandri plantavam milho, soja, arroz, feijão e trigo com a força de trabalho da família. Às vezes, no plantio e na colheita, pagavam um trabalhador para ajudar. A grande dificuldade da família Sandri ao chegar ao Sul do Maranhão, em termos produtivos, foi ter que plantar apenas arroz:

**Lá diversificávamos um monte de cultura**, as hortaliças também, todo tipo, aqui ficou só especificamente no arroz e nós no começo sentíamos preocupação em apostar só numa cultura. O arroz é bastante preocupante, porque qualquer veranico que tem se acaba, mas por sorte que no primeiro ano que nos plantamos, colhemos cheio [colheram tudo], atrasou o plantio, porque tudo era mais difícil, mas colhemos safra cheia, vendemos bem, então nos demos uma levantada boa. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso).

O primeiro cultivo de soja, realizado pela família Sandri, foi em 1980, quando plantaram 30ha. A área de soja plantada permaneceu pequena nos anos seguintes, porque a família não conseguia custear a produção junto ao Banco do Brasil, que considerava uma operação de risco, porque não havia cultivares adequados para a região, e o arroz continuou sendo a cultura principal para a comercialização. A pequena produção de soja do período era ensacada, não havia caminhões graneleiros, e vendida para São Luís, Fortaleza e Goiânia.

A intenção principal dos *sojicultores pioneiros* era a ocupação das terras pouco utilizadas pelos agricultores e pecuaristas locais, as chapadas, associada à ideia, implícita, de desenvolvimento econômico mediante a modernização da agricultura e criação de empresas do ramo agrícola, para gerar empregos e atrair mais gaúchos para Balsas. A partir dos anos 1990, quando a soja já estava definitivamente estabelecida, as intencionalidades dos pioneiros se centraram no aumento da área de cultivo e na intensificação do uso da terra:

Nós plantamos 2.800ha [de soja em 2008]. Mas, temos os pivôs de irrigação que, a gente chega a plantar três vezes no ano, **plantamos milho, plantamos soja e plantamos feijão**. Em 12 meses dá para fazer 3 culturas, colheitas. Então nós estamos sempre plantando, isso é uma grande vantagem porque a gente contém os empregados, não precisa está trocando, dispensando ninguém, então ele tem o emprego seguro e a gente tem pessoas conhecidas, seguras também e produz o ano todo. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

Novos atores sociais aderiram ao projeto territorial sojícola: a Agropecuária e Industrial Serra Grande (AGROSERRA), criada em 1985, para o cultivo de soja; a SLC Agrícola, que em 1988 vendeu sua fazenda de 2.000 ha em Horizontina (RS) para comprar 26.000 ha no Sul do Maranhão (FERRARI, 2011), para cultivar soja; e a CEVAL, que em 1989 inicia suas atividades no Sul do Maranhão com o financiamento de lavouras de soja e a construção de uma unidade de secagem e armazenamento de grãos. A AGROSERRA e a SLC Agrícola foram as primeiras empresas produtoras de soja e a CEVAL a primeira a financiar as lavouras na região, iniciando o processo de *empresarização da soja*.

Os 28.000ha de terra adquiridos pela AGROSERRA são estrategicamente localizados, próximos à MA-006 que se conecta à BR-230 (a noroeste de Balsas), especialmente para os anos 1980, porque essas rodovias não eram pavimentadas, para cultivar soja e cana-de-açúcar a partir de 1990, quando constrói uma usina para produzir álcool. A SLC adotou estratégia semelhante: comprou sua primeira fazenda próxima à MA-006 (ao sul de Balsas) para cultivar soja e nos anos 2000 o algodão. O processo de empresarização da soja é marcado pela resignificação da grande propriedade, para que os gastos decorrentes da falta de uma infraestrutura de transporte adequada fossem compensados com uma produção em escala.

Antonius Philipsen, filho de Leonardus Philipsen, e hoje o responsável pela fazenda da família, em entrevista ao Jornal Maranhão Hoje, afirma que a falta de “infraestrutura [de

transporte] pode fazer com que os grandes grupos multinacionais assumam o controle da produção, já que os pequenos e médios estão ficando cansados de tanto esperar pelo governo e não suportam perdas” (EMIR, 2010), o que nos mostra uma tensão entre os *sojicultores pioneiros*, mais fragilizados pela falta de estradas, e as *empresas produtoras de grãos*, menos afetadas por esses entraves porque a produção em escala supera os custos com transporte.

Nos anos de 1990, o Banco da Amazônia SA (BASA) e o BNB estimularam a expansão da soja, com a estruturação do Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Pólo de Balsas (PAPDPB), com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), criado em 1974; do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), principal incentivo fiscal do Nordeste, criado em 1974; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado em 1988 (FRANÇA e SANTANA, 1997).

O então governador do Maranhão, Edson Lobão, endossou as ações estatais de viabilização da sojicultura no sul do Estado a partir da criação do Corredor de Exportação Norte<sup>13</sup>, em 1990, e da formalização de acordo com a CEVAL, em 1993, para a instalação de uma fábrica de esmagamento de soja em Balsas. A empresa catarinense foi a primeira a exportar soja maranhense para a Europa, em 1992, via Porto da Madeira, e tinha a intenção de processar a oleaginosa para agregar valor e fomentar a suinocultura e avicultura na região.

O jornal O Estado do Maranhão publicou, no dia 19 de agosto de 1993, no caderno de economia, que: “Balsas ganhará duas indústrias: Ceval e Agroceres promovem investimentos no Sul do Maranhão”. A primeira esmagaria soja e a segunda produziria álcool a partir de cana-de-açúcar. O também jornal maranhense, O Imparcial, meses depois, em 17 de novembro de 1993, foi mais contundente:

A partir de janeiro, a Ceval Alimentos S/A, uma das maiores cooperativas do país, iniciará a construção de uma grande indústria de soja no Sul do Maranhão. (...) Aos empresários catarinenses, o governador Lobão traçou um quadro de investimentos que o Governo vem realizando no setor agrícola, especialmente no Sul do Estado, e destacou uma vez mais as imensas potencialidades da região. ‘Temos de recebê-los de braços abertos porque eu creio que, a partir do próximo ano, nos estaremos dando um salto gigantesco no setor de produção de óleo de soja no Maranhão’, afirmou o Governador. (Ceval..., 1993).

Aby-Azar (1993), da Gazeta Mercantil, forneceu mais detalhes do empreendimento, mostrando que a CEVAL tentava enquadrar o projeto no Programa de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (PRODEIN), financiado com recursos do Banco do Estado do

---

<sup>13</sup> O CEN foi criado para escoar a produção de grãos do Sul do Maranhão pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás até a Ponta da Madeira, no complexo Portuário de Itaqui, em São Luís. O programa contou com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Banco do Brasil, BNB; BASA; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); CVRD; Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Governo do Estado do Maranhão; Governo do Estado de Tocantins; Governo do Estado do Piauí; Prefeitura Municipal de Balsas.



Maranhão (BEM), para financiar a instalação da fábrica. Furtado (1993), da Revista Exame, em sua matéria fala que há um *Eldorado no Maranhão*, Balsas, que atrai toda semana uma média de 40 novos migrantes vindos da região Sul.

Embora tenha sido amplamente divulgado, a CEVAL e a Agrocerec não instalaram unidades fabris em Balsas devido à instabilidade política e econômica que assolava o Brasil na primeira metade dos anos 1990. A CEVAL foi comprada em 1997 pela holandesa Bungue, que negociou durante um bom tempo com o governo do Estado do Maranhão para construir uma unidade de processamento de soja em Balsas, mas como não conseguiu as isenções pretendidas, passou a negociar com o governo do Estado do Piauí, que atendeu prontamente aos pedidos. Em 2002, foi inaugurada em Uruçuí uma fábrica da empresa.

O crescente aumento da produção de soja e a infraestrutura de transporte alicerçada no modal ferroviário do Sul do Maranhão, que tanto animou a CEVAL a realizar investimentos em Balsas, também chamou a atenção de outras empresas, nacionais e transnacionais, receptoras de grãos e marcou o início de grandes projetos de investimento privados. Paulo Alberto Fachin, ex-plantador de batata no Paraná, chegou a Balsas em 1986, e em 1995 criou a Ceagro para comercializar soja, financiar lavouras e vender insumos. Em 1996, foi a vez da norte-americana Cargill inaugurar sua primeira unidade de recebimento de grãos em Balsas.

Apesar do processo de empresarização da soja em curso, no dia 9 de maio de 1995, a implementação do Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas (PC-GEBAL) também chamado de Projeto Batavo, com recursos do PRODECER, estabeleceu um modelo agrícola cooperativo que aumentou a produtividade agrícola regional. A coordenadora (CAMPO) e a executora (Batavo) do projeto de colonização escolheram e assentaram 40 agricultores naturais das regiões Sudeste e Sul do país. Um dos beneficiários do Projeto Batavo, o paranaense Carlos Degger, ressalta que os motivos que o levaram a Balsas foram:

É o que eu sempre digo, até hoje digo: lá no Sul ficaram pequenas as áreas, e lá todo dia praticamente você torce para que o seu vizinho quebre ou morrer, para sobrar uma área para você plantar. (...) Eu tomei conhecimento dele [PC-GEBAL] lá no Paraná através da cooperativa que... como a cooperativa tomou conhecimento eu não sei. Mas a cooperativa foi... diz que foi escolhida, a que apresentou a melhor opção para gerir essa fase do projeto, não é? Daí eu fui dos que me inscrevi e fui escolhido para vir. (Entrevista com Carlos Degger, colono do Projeto Batavo).

Os colonos do Projeto Batavo tinham a intenção de ter a posse da terra e/ou novas oportunidades de trabalho, mesmo que não viesse cultivando a terra. Os recursos disponibilizados pelo PRODECER eram atrativos para a época, 1,2 milhões de dólares para cada colono, enquanto o salário mínimo, em 1994, era de 70,00 reais. Embora os colonos do Projeto Batavo, desde 2004, estejam desarticulados, mostraram que as terras dos Gerais de

Balsas eram altamente produtivas para o cultivo da soja, despertando assim o interesse de empresas agropecuárias, que logo se instalaram para cultivar soja e depois o algodão.

“Vivemos um momento especial para a agricultura e o cultivo do algodão tem grandes perspectivas”, acredita o gerente de operações da Weisul Agrícola, Paulo Cristiano Kovalski. A empresa mantém duas fazendas na região dos Gerais de Balsas, somando 2.200 ha dedicados à lavoura do algodão. Segundo Paulo Cristiano, a perspectiva para a lavoura da fibra é muito boa. “Ano que vem devemos aumentar em 20% nossa área plantada dessa cultura. Temos capacidade para elevar nossa área plantada de algodão para até 4 mil hectares”, afirmou. A empresa já exporta a fibra para o mercado internacional via Porto de Itaqui. “Para o mercado interno vendemos o caroço para produção de óleo e ração animal”, completou. Outra empresa agrícola instalada na região, a SLC Agrícola, mantém 84.794 hectares plantados de algodão em oito estados brasileiros, dentre os quais o Maranhão se destaca. “Focamos o algodão como nosso principal produto. Ao longo do ano, rotacionamos essa lavoura com as culturas da soja e milho durante as entressafras. O Maranhão é uma região privilegiada porque dá para fazer duas safras”, explicou o gerente financeiro da SLC, Rodrigo Machado Gelain. (ARAÚJO, 2011).

O projeto territorial sojícola não agregou apenas atividades agrícolas como o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, a infraestrutura de transporte e a produção de grãos (soja e milho) estão estimulando empresas do ramo da avicultura a formalizarem intenções de se instalarem em Balsas:

A primeira agroindústria de Balsas deve começar a ser construída em 2010. A empresa pernambucana Frango Natto assinou um protocolo de intenções com o governo maranhense para instalar em Balsas um complexo com capacidade para abater 150.000 aves por dia. O investimento de 146 milhões de reais deve gerar 3.600 empregos diretos e indiretos. Outra modalidade de agroindústria que deve mexer com o Mapitoba é a fabricação de celulose. A Suzano comprou 35.000 hectares no sul do Maranhão para o plantio de eucalipto e fará parcerias com agricultores para a formação da base florestal. No plano de investimentos da Suzano estão previstas fábricas no Maranhão e no Piauí. “Essa região ficou adormecida tempo demais. Hoje, cresce em progressão geométrica”, diz João Comério, diretor da unidade florestal da Suzano. No oeste baiano, o que mais deve crescer é a produção de cana-de-açúcar, atraindo usinas de etanol. (STEFANO, 2009).

Além disso, o projeto sojícola vem apresentando novas formas de gestão agrícola. A Agrinvest<sup>14</sup>, criada em 2004, comprou 50.000ha de terra no Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí, a partir da emissão de títulos na Euroclear, câmara de compensação de títulos, que captou 26 milhões de dólares (ANTUNES, 2010). O Grupo argentino Los Grobo, em 2008, comprou a Ceagro, que já atuava no Cerrado financiando lavouras e exportando grãos, e forma a Los Grobo Ceagro Brasil SA, que em 2012 passa a ter a Mitsubishi Corporation como acionista controladora do grupo que produziu 1.000.000t de grãos em 2013.

As empresas Agrinvest e Los Grobo estão mudando o agronegócio brasileiro. A primeira abriu caminho para uma nova forma da capitalização do agronegócio no Brasil, ao

---

<sup>14</sup> É uma corretora de commodities agrícola controlada pelo fundo norte americano Ridgfield Capital, e se dedica à produção de soja no Brasil.

realizar a primeira operação de captação de recursos no setor agrícola, a partir da sua capacidade de gerar renda, diferentemente das linhas tradicionais de crédito que exigem garantias materiais para conceder financiamentos. A segunda redefiniu a gestão agrícola e a prestação de serviços no campo, ao produzir sem terras e maquinários próprios, transformando *antigos produtores* em prestadores de serviços (NETTO, 2008).

Na safra de 2013, a Agrinvest administrou aproximadamente 100.000ha. Apesar do tamanho da área gerida a empresa mobiliza pouco capital em terras (FREITAS JÚNIOR, 2013a), somente 50.000 são próprios, todo o restante é arrendado. Levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico, mostra que 10 grandes empresas controlam uma área superior a 1.000.000ha<sup>15</sup>, o que representa um terço de toda a área cultivada com soja no Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia (MAPITOBA) (FREITAS JÚNIOR, 2013b).

As empresas Agrinvest e Los Grobo estão mudando o agronegócio brasileiro. A primeira abriu caminho para uma nova forma da capitalização do agronegócio no Brasil, ao realizar a primeira operação de captação de recursos no setor agrícola a partir da capacidade da empresa gerar renda, diferentemente das linhas tradicionais de crédito que exigem garantias materiais para conceder financiamentos. A segunda repensou a gestão do processo produtivo e a prestação de serviços no campo, ao produzir sem terras e maquinários próprios, transformando *antigos produtores* em prestadores de serviços (NETTO, 2008).

A empresarização da soja no Sul do Maranhão representou mais um movimento no interior da figuração, porque as empresas receptoras de grãos (Bunge, Cargill, Ceagro e Multigrin) passaram a controlar, indiretamente, o processo produtivo: financiam o custeio das lavouras, vendem insumos e defensivos agrícolas e compram a produção, deixando os produtores particulares dependentes de suas. Muitos sojicultores acabaram arrendando suas terras para empresas produtoras de grãos como a SLC Agrícola, Agrinvest e o Los Grobo, por ser mais rentável do que plantar.

### **3.2 Institucionalização do projeto territorial sojícola**

O projeto territorial sojícola é marcado pela capacidade de seus atores sociais em mobilizarem instituições, processo que remete à modernização da agricultura, iniciada nos anos 1960. Nos anos de 1960, a *Operação Tatu* (calagem e fertilização dos solos ácidos) foi a primeira ação do Estado voltada para a modernização agrícola, depois se tem a criação da EMBRAPA, para o desenvolvimento de tecnologias agrícolas. No Cerrado e na Amazônia,

---

<sup>15</sup> Destaque para a SLC Agrícola (controla mais de 220.00ha no Maranhão, Piauí e Tocantins), a Vanguarda Agro, a Brasilagro, todas empresas de capital aberto, a Insolo, a Agrinvest, a Ceagro, a Tiba Agro e a XinguAgri (subsidiária da norte-americana Multigrin), que adotam um modelo de produção em grandes escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais (FREITAS JÚNIOR, 2013B)

foram implementados vários *programas modernizantes*<sup>16</sup> e houve de órgãos de fomento ao desenvolvimento econômico.

Pode-se afirmar que a triticultura e a sojicultura são as culturas da modernização agrícola brasileira, pela quantidade de projetos estatais de estímulo ao desenvolvimento dessas culturas. Nos anos de 1980, o BNB criou o Programa de Difusão da Cultura de Soja no Nordeste (PDCSN) e contribuiu para o estabelecimento da sojicultura nos Cerrados nordestinos e a EMBRAPA Soja, sediada em Londrina (PR), disponibilizou recursos humanos para o desenvolvimento de cultivares adequados ao Cerrado. O arranjo institucional do Estado forneceu aos sojicultores pioneiros de Balsas as condições ideais para a criação da Cooperativa Mista Valverde, para terem uma estrutura de armazenamento da produção.

Na safra de 1982/83, a estrutura de armazenamento da cooperativa não foi suficiente para a soja cultivada em 4.263ha. A chegada da CEVAL, em 1988, para financiar as lavouras de soja e comprar a produção fez com que a área plantada na safra de 1988/89 saltasse para 22.850ha (CVRD, 1993) e colocasse a sojicultura como uma das principais atividades econômica de Balsas. Mas, somente após a inauguração do Corredor de Exportação Norte, no dia 7 de julho de 1992, foi realizada a primeira exportação de soja para a Espanha, em 17 de julho, através do Porto da Madeira (CVRD, 1993; KAYSER SILVA, 2009).

(...) eles [o governo] fizeram o Corredor Norte de Exportação, que deu mais um incentivo e divulgou a nível nacional que a região era viável, que dava para produzir tudo que vem produzindo hoje. Então o Corredor de Exportação na verdade nada mais fez que uma divulgação, porque no momento não tinha ferrovia, não tinha nada, depois que foi chegando a ferrovia Norte-Sul na ferrovia dos Carajás, depois veio para Imperatriz, depois veio para Porto Franco, ai foi melhorando (...).

De acordo com a CVRD (1993), na safra de 1992/93 eram 118 produtores de soja no Maranhão cultivando uma área de 45.849ha. Destes, 45 cultivavam até 150ha, o que representa 38% do total, 57 cultivando entre 150ha e 600 ha e apenas 17 produtores cultivando áreas acima de 600 ha, representando 14%, o que nos mostra que poucas empresas produtoras de grãos estavam instaladas em Balsas, apenas a Fazenda Parnaíba do SLC Agrícola e a AGROSERRA. Mas, as facilidades de exportação para um dos principais mercados da soja brasileira, a Europa, contribuíram para adesão de novos atores sociais ao projeto sojícola e para um processo de reconversão produtiva.

Os sojicultores aderiram ainda às políticas de parceria da EMBRAPA para investir em pesquisa, a fim de que a produtividade da soja no Sul do Maranhão crescesse e se igualasse a outras regiões do Cerrado, como no Mato Grosso, por exemplo. Deste modo, criaram a

---

<sup>16</sup> O PROTERRA de 1971, o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI) de 1972, o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba (PADAP) de 1972, o PRODECER de 1974 e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) de 1975 (MIRANDA, 2011).

Fundação de Apoio a Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEN), em 27 de abril 1993, para representá-los institucionalmente nas áreas de pesquisa (melhoramento genético de cultivares) e extensão:

A FAPCEN é um órgão que tem os cotistas, que pagam pelas pesquisas à EMBRAPA, que desenvolve as variedades, os cruzamentos necessários, e a FAPCEN se encarrega de multiplicar as variedades que a EMBRAPA fez, aí se distribui para cada cotista um percentual, depois de feita a pesquisa... nós temos diversos cotistas em diferentes regiões (...), tem no Piauí e tem no Maranhão, tem até Centro-Oeste, tem até em Roraima que é diferente um pouquinho o clima. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

As ações da FAPCEN possibilitaram a implementação do PC-GEBAL, que definiu um modelo de apropriação da terra semelhante aos assentamentos rurais: exige a criação de uma cooperativa para organizar a produção e gerir a comercialização. No PC-GEBAL, cada colono recebeu um lote de 483ha e 1,2 milhões de dólares para: comprar um pivô central de irrigação para 50ha, dois tratores, uma colheitadeira, uma grade, uma plantadeira, uma pipa para óleo diesel; construir galpões e uma casa na agrovila; e desmatar e corrigir o solo. O projeto financiou uma estrutura coletiva formada por: duas agrovilas, um escritório para a cooperativa, uma unidade de secagem de grãos e um silo de grãos com capacidade aproximada de 70.000t.

Os governos municipal e estadual tinham uma contrapartida para que o projeto fosse implementado no Estado: a construção e recuperação de estradas e de pontes e a eletrificação rural. Mesmo sem a contrapartida dos governos locais, os colonos começaram a chegar ao projeto em julho de 1995 e realizaram o primeiro plantio no mesmo ano. A primeira lavoura foi plantada coletivamente em condomínio, e organizada pela cooperativa porque a autorização de desmate de todos os lotes não ficou pronta há tempo.

Nos anos de 2000, a cooperativa não tinha mais condições financeiras para continuar operando, porque uma parcela dos colonos, para evitar que débitos anteriores fossem abatidos, vendiam a produção diretamente para as tradings, que financiavam suas lavouras (Bunge, Cargill, Ceagro e Multigrin). Sem produção suficiente para comercializar, de modo que os custos gerenciais fossem cobertos, a Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda. abriu processo de liquidação em 15 de dezembro de 2004, tendo como liquidante o colono Devanir Bazoni. Para manter os custos operacionais de liquidação, escritório, funcionários e advogados, o silo da cooperativa foi alugado:

Para uma empresa chamada Multigrin [até 2011]. A Multigrin está lá dentro, e paga 180 mil dólares de aluguel por ano. Esses 180 mil dólares eu tenho utilizado para pagar um escritorzinho pequeno aqui e fazer as defesas no escritório do advogado lá no Paraná, e a gente gasta esse dinheiro basicamente nos defendendo. Bom o quê que aconteceu? Nós conseguimos ganhar na justiça o direito de não pagar essas contas todas, nos defendemos bem, fizemos um bom trabalho e tudo que entrou a partir da minha entrada lá como liquidante, em vez de está gastando algo, nós

conseguimos evitar os pagamentos, pequenas exceções, algumas coisas que a gente não sabe, não sabia e não tivemos condições de nos defender, o resto a gente conseguiu e estamos gastando esse dinheiro pagando advogado, investindo na justiça e desse jeito está indo. (Entrevista com Devanir Bazoni, colono do Projeto Batavo).

Em 2010, no PC-GEBAL havia apenas dois colonos morando no projeto e uma grande parte dos demais deixou de cultivar a terra e passou a arrendá-las para a Fazenda Planeste, do Grupo SLC Agrícola, que possui uma área própria de 22.787ha e 7.626ha arrendada dos colonos do PC-GEBAL. Apesar do insucesso do projeto, a articulação político-institucional entre o governo japonês, financiador do PRODECER, e os governos brasileiros (federal, estadual e municipal) viabilizaram a instalação das maiores tradings mundiais, a partir de unidades de recebimento e armazenamento de grãos, e de grandes empresas agrícolas brasileiras produtoras de grãos que estão atuando exclusivamente no Cerrado.

Em 2000 foi criado o Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas (SINDIBALSAS), filiado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para realizar a mediação entre os sojicultores e os poderes públicos locais e regionais. A atuação desses dois órgãos de representação de classe pressiona os poderes públicos estaduais e municipais para melhorarem a infraestrutura de transporte:

Está marcada para dia 10 de junho [de 2010], em São Luís, a reunião dos produtores de grãos de Balsas [SINDIBALSAS] e demais municípios do sul do estado, com a governadora Roseana Sarney e os secretários de Agricultura, Afonso Salgado, e de Infraestrutura, Fernando Antônio Pires Leal, para debaterem a construção do Anel Rodoviário da Soja. O anel ligará as MAs 140 e 006, um ramal entre a região de Gerais de Balsas e Tasso Fragoso, facilitando o escoamento da produção de arroz, milho, feijão e, principalmente, soja. (EMIR, 2010).

E para agilizar as solicitações de licenciamento ambiental:

De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas (SINDIBALSAS), Antídio Sandri, a demora no processo de regularização ambiental das propriedades perante a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) é o maior entrave para que os agricultores possam solicitar crédito nas instituições financeiras. (MA..., 2008).

Concomitantemente, os comerciantes de insumos e defensivos agrícolas criaram, em maio de 2002, a Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas (ARIAB), para cumprir a Lei n.º 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos (BRASIL, 1989). Após a criação da ARIAB, as multas aos

produtores rurais que não davam o destino adequado às embalagens caíram, segundo a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA)<sup>17</sup>.

Isto posto, observa-se que o projeto territorial sojícola possui um alto grau de institucionalização nas três esferas (nacional, regional e local). Os atores sociais do projeto possuem uma grande capacidade de mobilizar recursos institucionais para formalizarem regras e normas que regulamentam os modelos de apropriação do espaço e seus recursos naturais desejados. Os sojicultores pioneiros e as empresas agrícolas foram capazes de institucionalizar suas práticas ambientais, desde o primeiro cultivo, em 1977, na primeira importação, realizada em 1992, até os nossos dias.

### 3.3 Legitimação do projeto territorial sojícola

Uma importante estratégia de legitimação do projeto territorial sojícola é uma feira de agronegócio, a Agrobalsas, que desde a sua primeira edição, em 2000, vem sendo organizada e realizada pela FAPCEN em parceria com as secretarias estadual e municipal de agricultura, com o objetivo de:

Capacitar os agricultores, alunos, criadores e familiares para que possam gerir seus negócios com eficiência e eficácia. Através de associativismo, abrir alternativas concretas para produção de gêneros alimentícios e sua inserção junto ao mercado. (FAPCEN, 2009, p. 2).

A primeira edição da Agrobalsas, em 2000, teve como tema “desenvolvimento agrícola sustentável para a região de abrangência do corredor de exportação norte” e promoveu o primeiro encontro de algodão do Estado do Maranhão, divulgou tecnologias agrícolas, foi o espaço de criação do SINDIBALSAS e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Sul do Maranhão (AEASUMA), (FAPCEN, 2009). Esse tema deixa implícita a intenção de legitimação da exportação de grãos, que gera divisas e se constituiu em um modelo agrícola de pouca agressão ao meio ambiente porque intensifica o uso da terra.

A segunda edição teve como tema “tecnologias regionais: preservação do solo através da rotação de culturas” e o debate sobre o cultivo do milho, da soja, do algodão e das lavouras de fruticultura para viabilizar o plantio direto, o manejo de pragas e as vantagens de escoamento da produção pelo Porto de Itaqui; e a instalação de unidade receptora de embalagens de agrotóxicos para reciclagem. A terceira edição teve como tema a “soja e culturas alternativas: consórcio de culturas, adubação verde e bioenergia”. A quarta adotou como tema “fome zero, plantio direto e preservação ambiental” e discutiu a aumento da produtividade e a adoção de uma agricultura conservacionista (FAPCEN, 2009).

---

<sup>17</sup> Até março de 2011, a AGED/MA não tinha realizado os cálculos referentes às multas, e apenas informou que as multas haviam diminuído depois da criação da ARIAB.

Essas três edições apresentam importantes estratégias de legitimação do projeto sojícola: (1) uma voltada para a preservação ambiental e (2) outra para a produção de alimentos. A primeira associa práticas de preservação do solo, manejo de pragas e incorporação de novas atividades agrícolas ao agronegócio sojícola. A segunda, que está diretamente relacionada à primeira, destaca que o agronegócio produz mais alimentos, podendo, assim, contribuir para a redução da fome, discurso que está em consonância com as metas do MAPA “(...) o Brasil deve produzir mais alimentos, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e da sustentabilidade” (BRASIL, 2010).

A relação entre práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e que ainda produzem alimentos suficientes para reduzir a fome no Brasil, coloca em xeque os discursos que procuram legitimar a agricultura familiar agroecológica, por exemplo, como modelo de agricultura que agride menos o meio ambiente e que produz mais alimentos. Essas legitimações discursivas de modelos de agricultura, relativas a modelos distintos de apropriação de recursos naturais, constituem-se em lutas simbólicas travadas nas instâncias nacionais (ministérios e congresso), nos estados e nos municípios.

Na quinta edição da Agrobalsas, o tema foi “a ‘prata da casa’ gerando tecnologias” e debateu as potencialidades agrícolas do Maranhão e a criação do Corredor de Exportação Centro-Norte. A sexta edição teve como tema “biodiesel, biossegurança e biotecnologia”. A sétima edição abordou os entraves regionais ao desenvolvimento agrícola a partir do tema “...querendo-a aproveitá-la, dar-se-á nela tudo...”, referindo-se a apropriação e ao uso da terra. A oitava edição teve como tema “quem não quer fome, dá os braços ao produtor de alimentos: futuro da região nas mãos de todos”, e a intenção de justificar o agronegócio. Em 2010, nona edição tratou da “agricultura responsável para os cerrados” (FAPCEN, 2009).

A Agrobalsas vem sendo o espaço mais importante de capacitação e divulgação de tecnologias agrícolas e de articulação de estratégias produtivas alicerçadas em modelos de apropriação da terra e de seus recursos naturais orientados para a grande produção agrícola de grãos. Por outro lado, os temas abordados em cada uma das edições do evento representam as disputas internas entre sojicultores pioneiros e empresas produtoras de grãos, e especialmente, externas entre os atores sociais do projeto territorial sojícola, os órgãos oficiais de crédito e de fiscalização ambiental e grupos sociais que defendem outros projetos (movimentos sociais).

Três discursos dão um alto grau de legitimidade à sojicultura no Sul do Maranhão: (1) o que produz mais alimentos, (2) o que gera emprego e renda e (3) o que há uma preocupação com o meio ambiente, materializada na intensificação do processo produtivo para não desmatar novas áreas:



Nós plantamos 2.800 ha, mais ai temos os pivôs de irrigação que, a gente chega a plantar três vezes no ano, planta milho, planta soja e planta feijão em 12 meses dá para fazer 3 culturas, colheitas. Então nós estamos sempre plantando, isso é uma grande vantagem porque a gente contém os empregados que a gente acerta, eles têm trabalho o ano todo, não precisa está trocando, dispensando ninguém, então ele tem o **emprego seguro** e a gente tem pessoas conhecidas, seguras também e produz o ano todo. (...) Ao invés de está **desmatando área eu estou plantando três vezes** na mesma área é uma estratégia que ajuda até o meio ambiente, que eles não querem que desmatem outra [movimentos ambientalistas e o Estado] (...) procuro plantar nas entre safras, porque na hora de uma colheita de soja, de milho que a gente tem agora é muita oferta ao mesmo tempo, então quando uns estão colhendo nós estamos plantando o produto, para depois colher na entre safra, então a gente sempre ganha uma a mais por colhermos na entre safra e depois fazemos a semente de soja, que a melhor semente que se produz é na irrigação, colhe no mês de agosto, mas daí de agosto a novembro está pertinho de plantar a semente 100% (...). (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso).

A adesão de diferentes segmentos da sociedade balsense ao projeto sojícola pode ser observada numa manifestação, no ano de 2006, em que os sojicultores, lutando por melhores condições de crédito, interditaram a BR-230:

Em Balsas, os comerciantes da cidade e os caminhoneiros também aderiram ao movimento. O comércio fechou as portas antes do meio-dia e os caminhões, a maior parte ligada ao transporte de soja até os terminais de grãos da Estrada de Ferro Carajás (EFC), fizeram filas no acostamento da rodovia. (BATISTA, 2006).

A defesa da sojicultura como principal atividade econômica do Sul do Maranhão, a partir dos anos de 1990, feita pelos sojicultores, empresas agrícolas, órgãos oficiais de crédito e de pesquisa e, principalmente, pelo Estado, expressas nos discursos e falas, constituem-se em uma fonte material de subordinação da agricultura familiar à agricultura empresarial orientada pela concentração fundiária e, ao mesmo tempo, instrumentos simbólicos de dominação, nos termos de Bourdieu (2005) que legitimaram para uma ampla parcela da sociedade do Sul do Maranhão que a agricultura familiar não era produtiva e, portanto, o agronegócio sojícola era a melhor estratégia para a geração de emprego e renda.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da soja sobre o Cerrado e a Amazônia foi um processo marcado por disputas pela posse da terra, entre projetos territoriais sojícolas e projetos agropecuários familiares; mobilização de recursos institucionais para a formalização de modelos de apropriação do espaço e seus recursos naturais, que representaram uma ressignificação da grande propriedade. Nos termos de Palmeira (1989) uma modernização do latifúndio em detrimento da propriedade familiar, destacada no Estatuto da Terra; e por mudanças ambientais que acabaram afetando as bases produtivas da agricultura familiar.

Os grandes projetos agrícolas implementados no Pólo Agrícola de Balsas procuraram desqualificar completamente os agricultores familiares que, segundo De Carli (1994), “jamais

cultivaram as terras que ocupam e sim apenas derrubaram a floresta natural e a queimaram, transformando as poucas reservas em desertos e capoeiras”. A fala do senhor De Carli expressa estratégias de legitimação do projeto sojícola, menos agressivo ao meio ambiente porque não faz queimadas, e mais produtivo. É nesse contexto que se inserem as mais significativas disputas entre projetos territoriais no Sul do Maranhão.

Os agricultores familiares retrucam os discursos dos sojicultores com a fala de que “o que se consome aqui também não é soja, o que se consome aqui é arroz, feijão é farinha de mandioca, carne de frango, de porco, de gado, de peixe é essas coisas” (Entrevista com Abraão, líder sindical). Realmente, a soja produzida em Balsas, não é beneficiada no município e toda exportada para os mercados europeus e asiáticos pelas tradings Bunge, Cargill e Ceagro, e apenas a Algar Agro, a última a se instalar, processa a oleaginosa numa unidade industrial no município de Porto Franco, inaugurada em 2007. Tem-se, então, uma disputa simbólica em torno da segurança alimentar.

As correlações de forças foram modificadas e os sojicultores pioneiros passaram a exercer um controle maior sobre a base de recursos naturais. Graças ao modelo teórico adotado, ecologia política figuracional, foi possível verificar as modificações no interior do projeto territorial sojícola, com o ingresso de novos atores a partir de 1988, e as empresas produtoras de grãos, que iniciam um processo de empresarização da soja e o estabelecimento de um novo modelo de apropriação dos recursos naturais.

As empresas produtoras de grãos têm como base produtiva extensões de terra contínuas de mais de 2.000ha, chegando até a 30.000ha. Essa mudança, associada à criação do Corredor de Exportação Norte, representou uma pressão sobre as terras não tituladas dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e, por conseguinte, alteração das correlações de forças e transformações no interior da figuração social. A regularização de terras feita pelo senhor De Carli e sua venda posterior para instituições que implementaram grandes projetos, deu às empresas produtoras de grãos o controle de todos os planaltos (chapadas) dos Gerais de Balsas que passaram a ocupar maior espaço no projeto territorial sojícola.

Apesar da dominação da sojicultura ter consolidado um modo de partilha do poder, permanecia um equilíbrio instável de tensões, porque havia uma interdependência funcional entre os sojicultores e os agricultores familiares, que procuraram, com o apoio de seus órgãos de representação, movimentos sociais e ONGs nacionais e internacionais, para defender a produção agropecuária familiar enquanto um modelo de apropriação dos recursos naturais, especialmente nos Gerais de Balsas. Isso nos mostra, que embora as diferenças de poder sejam grandes, as transformações são possíveis, porque o poder não é um amuleto, que um indivíduo possui e outro não, e sim intrínseco às relações humanas, todas elas (ELIAS, 2005).

A criação dos assentamentos rurais do Projeto Alto e Médio Rio Balsas, em 1997, marcaram mais uma modificação no interior da figuração social: os agricultores familiares conseguiram mobilizar recursos institucionais para formalizarem a produção agropecuária familiar como um modelo de apropriação do espaço e dos recursos naturais nos Gerais de Balsas, mesmo tendo ficado com as terras menos férteis e mais suscetíveis à erosão pluvial e aos demais impactos do uso de agrotóxicos nas grandes lavouras cultivadas nas chapadas. Mudança que deu novos contornos ao equilíbrio instável de tensões na figuração.

Recentemente, a partir de 2000, vem ocorrendo um novo movimento ou tentativa de movimentação de posições no interior da figuração social, decorrente das discussões em torno das Áreas e Preservação Permanente (APP) e das áreas de reserva legais, que no Cerrado equivalem a 35% da área do estabelecimento agropecuário. As empresas produtoras de grãos, que se instalaram entre 1988 e 1995 não respeitaram o limite legal das áreas de reserva, em alguns casos desmatando 100% da área, agora sendo multadas e impedidas de acessar linhas de crédito rural. A solução adota e tentar comprar as terras dos baixões, dos agricultores familiares, para servirem de reserva legal.

As relações entre sojicultores e agricultores familiares são permeadas pela interdependência funcional. Deste modo, uma alteração nos modelos de apropriação da terra e dos recursos naturais em um dos grupos interfere diretamente no outro. E nesse caso, representa uma nova pressão sobre os agricultores familiares, os mais fragilizados nas disputas, e uma movimentação no interior da figuração, porque alguns agricultores familiares já venderam suas terras para as empresas produtoras de grãos as transformarem em áreas de reservas legais, e assim livrarem-se das multas e voltarem a ter acesso a crédito rural.

Os processos de territorialização, entre 1977 e 2010, remetem às contradições e aos consensos entre os grupos sociais e seus respectivos projetos territoriais, agropecuário familiar e sojícola, que representaram diferentes poderes, estratégias de gestão do espaço e seus recursos naturais e conversões de atores sociais. A pecuária esteve, historicamente falando, muito ligada ao latifúndio no Sul do Maranhão. A grande propriedade vem sendo usada para o cultivo da soja, e a pecuária está sendo, a cada ano, mais desenvolvida pelos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e dos assentamentos do crédito fundiário.

A retomada da pecuária pelos agricultores familiares se constitui em um processo de reconversão produtiva, porque eles foram impossibilitados de desenvolvê-la durante o auge dos conflitos pela posse da terra e estabelecimento da sojicultura. Mas com a criação dos assentamentos rurais nos Gerais de Balsas, têm-se possibilitado o desenvolvimento da produção pecuária familiar um pouco diferente da de outrora, pelo uso de tecnologia no processo produtivo, plantio de pastos, adoção de raças de crescimento mais rápido.

No interior do projeto territorial sojícola também houve um processo de reconversão produtiva. A soja produzida em Balsas, entre 1977 e 1988 era exclusivamente plantada pelos chamados pioneiros, agricultores familiares que venderam suas terras no Rio Grande do Sul, como foi o caso das famílias Philipsen e Sandri, para comprarem áreas maiores e desenvolverem uma agricultura moderna. A gestão do estabelecimento era feita pela família. Nos anos de 1990, inicia-se o processo de empresarização da soja. Os pioneiros venderam ou arrendaram suas terras, ou criaram empresas para produzir sementes. As sementes de soja e milho produzidas em Balsas vêm dos estabelecimentos desses sojicultores pioneiros.

As reconversões produtivas foram importantes para compreender os processos de territorialização em Balsas, Sul do Maranhão, porque representaram as dinâmicas constituintes do espaço, um dos pressupostos básicos da ecologia política que, é importante repeti-lo: “de que o poder circula entre diferentes grupos sociais, recursos e espaços e, assim, molda o ambiente em que ocorrem a ação e a interação entre seres humanos” (CUNHA, 2004, p. 22). Quero, com isso, dizer que o espaço, assim como seus recursos naturais, do Sul do Maranhão, foram sendo moldados pelas relações de interdependência entre os pecuaristas, agricultores familiares e sojicultores no interior da figuração social.

Os processos de territorialização ocorridos no município de Balsas mostraram que há um controle maior dos recursos naturais pelos sojicultores, e que as tensões entre os três projetos territoriais possibilitaram a organização da agricultura familiar, embora os custos das mudanças ambientais recaiam mais sobre esses atores sociais. Como a territorialização é um processo contínuo, dinâmico, fruto das práticas dos atores sociais que se apropriam do espaço e de seus recursos naturais, transformações ocorrerão, novos projetos podem emergir e os projetos atuais podem ser redefinidos ou ter o ingresso de novos atores sociais.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABY-AZAR, C. Ceval decide construir fábrica de farelo e óleo em Balsas, no Maranhão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 20 nov. 1993, Caderno Economia, p. 19.

ANTUNES, L. Agrinvest faz operação pioneira no agronegócio e obtém capital no exterior. **Blog Aqui no Brasil**, 06 out. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/blogs/aqui-no-brasil/tag/agrinvest/>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

ARAÚJO, R. Maranhão pode voltar a ser um grande pólo produtor de algodão. **Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca**, São Luis. Disponível em: <<http://www.sagrima.ma.gov.br/index.php/component/content/article/7-noticiadestaque-/221-maranhao-pode-voltar-a-ser-um-grande-polo-produtor-de-algodao>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

BATISTA, E. Produtores agrícolas interdita três rodovias. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 17 maio 2006. Disponível em: <<http://www.oimparcial.com.br>>. Acesso: 13 mar. 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 7.802**, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7802.htm)>. Acesso em: 13 maio 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A estratégia para vencer desafios: 2006-2015**. Brasília: MAPA, 2010. 36 p. il.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr./out. 2007.

CEVAL beneficiará soja em Balsas. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 17 nov. 1993, Caderno Política, p. 3.

CUNHA, L. H. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 10-26, jan./dez. 2004.

CUNHA, L. H.; SILVA, J. I. A. O.; NUNES, A. M. B. A proteção da Natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2008.

CVRD. **Diagnostico do corredor de exportação norte**. São Luís: CVRD, 1993.

DE CARLI, E. [Carta] 15 jan. 1994, São José do Rio Preto (SP). 7f. [para] HOLZ, J., Alemanha. Conflito pela posse da terra nos Gerais de Balsas.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

EMIR, A. Logística precária preocupa os produtores agrícolas de Balsas. **Jornal Maranhão Hoje**, São Luís, 27 maio 2010. Disponível em: <<http://www.maranhao hoje.com.br/index.php/economia/industria-comercio/2577-logistica-precaria-preocupam-os-produtores-agricolas-de-balsas>>. Acesso em: 13 de mar. 2011.

FAPCEN. Agrobalsas 2010: agricultura responsável para os cerrados nordestinos. 25 jul. 2009. **Projeto**. Balsas, 2009. 23 p. il.

FERRARI, B. O outro lado do eldorado nordestino da soja: expansão do agronegócio na região Mapitoba atrai levas de migrantes e cidades da região já sofrem com graves problemas de infraestrutura. **Revista Veja**, São Paulo, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-outro-lado-do-eldorado-nordestino-da-soja>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

FÓRUM CARAJÁS. **Quem somos?** Disponível em: <<http://www.forumcarajas.org.br/>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

FRANÇA, F. M. C.; SANTANA, G. M. **Plano de ação para potencializar o desenvolvimento do pólo de Balsas**. Fortaleza: BNB, 1997.

FREITAS JÚNIOR, G. Agrinvest, novo modelo de empresa do agronegócio. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 abril 2013a. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3086160/agrinvest-novo-modelo-de-empresa-do-agronegocio>>. Acesso em 13 de ago. 2013.

FREITAS JÚNIOR, G. Dez grupos têm um terço da nova fronteira da soja. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 abril 2013b. Disponível em:

- <<http://www.valor.com.br/empresas/3067336/dez-grupos-tem-um-terco-da-nova-fronteira-da-soja#ixzz2UJCBnjDa>>. Acesso em 13 de ago. 2013.
- FURTADO, J. M. Há um Eldorado no Maranhão: campeã de produtividade, Balsas, no sul do Estado, quer colher 1 milhão de toneladas no ano 2000. **Revista Exame**, n. 516, p. 34-36, dez. 1993.
- HASPINGER, B. Projetos de desenvolvimento: programas PAPP e BNB. **Jornal Apoio Informativo**, Balsas, p. 16-18, maio 1995.
- KAYSER SILVA, C. **Os caminhos da soja até o Maranhão**. Não Me Toque (RS): Gráfica Gapel, 2009.
- LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: EDUNESP, 2004.
- LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: uma guia teórica e metodológica. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- MA: produtores de soja na região de Balsas enfrentam crise. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 02 nov. 2008.
- MIRANDA, R. S. Ecologia política e processos de territorialização. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n.1, p. 142-161, jan./abril 2013.
- MIRANDA, R. S. **Ecologia política da soja e processos de territorialização da soja no Sul do Maranhão**. 2011. 203f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- NETTO, I. “Queremos desenvolver o nosso continente”: rei da soja na Argentina fala sobre a expansão de sua empresa no continente e do modelo de negócios que pretende aplicar no Brasil. **Revista Dinheiro Rural**, São Paulo, n. 50, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/revistadinheirorural/edicoes/50/artigo120292-2.htm#>>. Acesso em: 13 fev. 2011.
- NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do semiárido nordestino**: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE). 2011. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- STEFANO, F. O sertão agora é assim. **Revista Exame**, São Paulo, n. 947, 9 jul. 2009. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0947/noticias/sertao-agora-assim-482542>>. Acesso em: 13 mar. 2011.
- VANWEY, L. K.; OSTROM, E.; MERETSKY, V. Teorias subjacentes ao estudo de interações homem-ambiente. In: MORAN, E. F.; OSTROM, E. (Org.). **Ecosistemas florestais**: interação homem-sociedade. São Paulo: SENAC, 2009, p. 41-81.
- VAYDA, A. P.; WALTERS, B. B. Against political ecology. **Human Ecology Review**, New York, v. 27, n. 1, p. 167-179, Mar. 1999.